

REGC

Parecer dos Membros Externos do Conselho Geral relativo ao Plano de Atividades de 2014

Ex.mos Senhores Conselheiros do Conselho Geral da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra,

De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 82 da Lei nº 62/207 de 10 de Setembro, compete ao conselho Geral aprovar a proposta do Plano de Actividades

Apreciação Geral

A introdução ao “Plano de Atividades: orientações estratégicas”, explicita de forma inequívoca as vertentes essenciais nas quais assenta a sua construção onde se retem como central, por um lado a sua fidelidade ao Plano Estratégico 2009-2013 particularmente a implementação do Programa de Acção 2010-2014 assente na reflexão/Balanço da sua implementação, e por outro o condicionamento financeiro decorrente da diminuição das tranferências do Estado do não aumento das receitas próprias decorrentes da situação que hoje é vivida pelos portugueses acrescida da diminuição dos fundos para o funcionamento da Unidade de Investigação.

É neste quadro que assume particular importância e sentido de responsabilidade a expressão da vontade de mobilizar todos os talentos da Comunidade Educativa no sentido de dar corpo à reafirmação do empenhamento no desenvolvimento da investigação como elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem e para o reconhecimento da Escola como Escola do ensino universitário ou faculdade, assim como a aposta no aperfeiçoamento dos processos de qualidade que, “pela avaliação sistemática de todos os processos e resultados” permita identificar “áreas que eventualmente necessitem que se introduza medidas de racionalização”

Na sequência da contextualização que a introdução convoca, o documento apresentado explicita no que respeita: à **Missão** – o PA “visa garantir que toda a comunidade educativa conhece a orientação estratégica para a qual deve concorrer o trabalho individual e colectivo”; aos **Valores** - a assunção do discutido e concensualizado como valores institucionais; e à **Orientação Estratégica** – em torno do desenvolvimento dos “seis eixos estratégicos” (*Fomação; Investigação, desenvolvimento e cooperação; Prestação de serviços; Internacionalização; Comunidade Educativa; e Direcção, Gestão, Desenvolvimento e consolidação*) o trabalho a desenvolver aos vários níveis e pelos diferentes actores deve ser um valor acrescentado para a concretização da visão definida daí ser de realçar o enquadramento do conjunto das actividades que devem concorrer para que a Escola seja uma referência de excelência.

No desenvolvimento de cada um dos seis eixos estratégicos são desenvolvidos com consistência, equilíbrio e coerência os objectivos para cada um assim como as medidas desdobradas em acções de consolidação e desenvolvimento na continuidade da concretização do Programa de Acção 2010-2014. A sua sistematização nos Mapas estratégicos onde se acrescenta os respectivos indicadores e a proposta de metas a atingir, é um instrumento facilitador da objectivação e avaliação da actividade que a Escola se propõe desenvolver ao longo do ano 2014 assim como a identificação de eventuais ajustamentos que os constrangimentos podem vir a impor.

É ainda de realçar o princípio que atravessa transversalmente todo o plano no que se refere à valorização do capital humano que, suporta o processo de desenvolvimento da Escola, expresso pelo esforço individual e pela participação activa nas tomadas de decisão da escola.

Relevando a importância que assume o facto de ser assumido que no ano de 2014 será terminado o balanço da implementação do Plano Estratégico e dar-se-á corpo ao plano estratégico 2014-2020, o mesmo é revelador da dinâmica suportada numa visão estratégica de e para a Escola .

Por fim, sendo este o último Plano de Actividades que corporiza o Programa de Acção 2010-2014, e apesar de haver a identificação de situações que exigem reformulação, onde a título de exemplo se destaca a necessidade de flexibilizar as formas da oferta formativa post-graduada e a capacitação para o reconhecimento e validação de percursos formativos diversificados, que facilite a conciliação entre formação, vida profissional e familiar seria enriquecedor incluir uma síntese da evolução da concretização dos objectivos definidos que se encontram plasmados nos Relatórios de Actividades dos anos precedentes permitindo desse modo uma melhor compreensão/avaliação do ajuste das metas propostas num quadro de restrições financeiras acrescidas e de desafios que se colocam a todos e a cada um dos actores envolvidos na sua concretização.

CONCLUSÃO

Em coerência com a análise global acima exposta considero que a “Proposta de Plano de Actividades 2014:orientações estratégicas” no seu conteúdo e forma apresenta-se com consistência e coerência, explicita um forte sentido de continuidade e consolidação do processo de construção assumido no Plano Estratégico 2009-2013. O manifesto empenho da Direcção na sua concretização pela mobilização de toda a Comunidade Educativa e no potenciar de soluções face aos constrangimentos financeiros assume uma particular relevância na ponderação da necessária ambição de fazer mais e melhor com a responsabilidade de garantir a sustentabilidade que se impõe.

Assim,

É parecer dos conselheiros externos que o Conselho Geral aprove o Plano de Actividades 2014.

Coimbra, 8 de Novembro de 2013

Os conselheiros externos



(Professora Doutora Maria Graça Carvalho)

Presidente do Conselho Geral